



Concurso para Admissão ao 3.º Curso de  
Formação de Chefes

2018

Duração: 2 Horas

PROVA DE CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Esta prova versa sobre as seguintes temáticas:

- I. Legislação e Segurança Rodoviária
- II. Legislação Policial
- III. Direito Penal
- IV. Direito Processual Penal
- V. Constituição da República Portuguesa
- VI. Investigação Criminal
- VII. Técnicas de Intervenção Policial
- VIII. Organização e Funcionamento da PSP

CHAVE

**RECOMENDAÇÕES PRÉVIAS:**

- Preencha o cabeçalho da folha de respostas.
- Identifique, na folha de respostas, a prova que está a realizar, **A** ou **B**.
- Só é permitida a utilização de esferográficas de tinta de cor azul ou preta, que não sejam de tinta permanente.
- O teste é constituído por **50** perguntas com respostas do tipo de escolha múltipla, cuja cotação é de 0,40 cada.
- Deverá considerar que, para cada pergunta, **há apenas uma resposta considerada certa**. Selecione a melhor resposta, a mais completa, ou a que mais informação contenha.
- Identifique a sua opção **preenchendo totalmente** o círculo correspondente.
- **Não são permitidas rasuras na folha de respostas nem a utilização de líquido corretor**. A fim de as evitar pode utilizar a folha de rascunho.
- **A salientar:** Serão consideradas respostas nulas todas as que apresentarem mais do que um círculo preenchido, na respetiva série de opções, proposta na folha de respostas.
- Se pretender alterar alguma resposta já dada, faça uma cruz sobre a mesma e assinale a resposta desejada conforme exemplo. **No verso da sua folha de respostas, confirme a sua opção.**

	A	B	C	D
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

- Controle o seu tempo na elaboração da prova, pois, apenas são contabilizadas as respostas constantes na respetiva folha de respostas.
- É absolutamente interdito, sob pena de exclusão, o uso de meios de comunicação bem como quaisquer elementos de consulta. Qualquer fraude ou tentativa de fraude no decurso da prova implica a anulação da mesma e a exclusão do concurso do(s) candidato(s) implicado(s).
- Verifique se o teste contém todas as páginas, alguma deficientemente impressa ou em branco.
- No final da prova devolva o enunciado, a folha de respostas e a de rascunho.
- **Volte esta folha, apenas, quando for dado ordem para o efeito.**
- **NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR O ENUNCIADO.**

**BOA SORTE!**

## Para responder às questões 1 a 7 atente no texto I

### I - LEGISLAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

#### 1. Com este título de condução, o Ricardo:

- A. **pode conduzir um ciclomotor e um veículo da categoria A1.**
- B. só pode conduzir um ciclomotor, porque tem mais de 25 anos.
- C. só pode conduzir um veículo da categoria A1 se tiver categoria AM.
- D. não pode conduzir um veículo da categoria A1.

#### 2. No tocante aos acessórios de segurança, o agente de fiscalização:

- A. elabora um auto de notícia por contraordenação em nome de Gustavo.
- B. elabora apenas um auto de notícia por contraordenação em nome de Ricardo e na descrição sumária, imputa-lhe a responsabilidade da falta de cinto de segurança por parte do seu filho.
- C. **elabora dois autos de notícia por contraordenação, imputando a responsabilidade da falta de cintos ao Ricardo.**
- D. elabora um auto de notícia por contraordenação em nome de Ricardo e um outro em nome de Gustavo.

#### 3. Relativamente à inspeção, o veículo pela deficiência que apresenta:

- A. só pode circular entre o local de reparação e o Centro de inspeções.
- B. pode circular sem restrições até à data da reinspeção.
- C. pode transportar passageiros e não carga.
- D. **não pode transportar passageiros.**

#### 4. Quanto ao seguro, no momento da fiscalização o Agente:

- A. elabora apenas um auto de notícia por contraordenação por falta de afixação de dístico.
- B. não verificou qualquer ilícito.
- C. elabora um auto de notícia por contraordenação por falta de documento comprovativo de seguro válido.
- D. **emite um aviso para apresentação do documento comprovativo de seguro válido.**

#### 5. Neste caso em concreto, atendendo à descrição do texto, a falta de afixação de dístico de seguro:

- A. constitui ilícito contraordenacional, mas não tem punição.
- B. não constitui qualquer ilícito.
- C. dá lugar à elaboração de imediato de um auto de notícia por contraordenação.
- D. **aquando da elaboração do auto de notícia por contraordenação, não permite que o montante da coima seja reduzido a metade.**

#### 6. Relativamente ao episódio do Álcool, o Agente:

- A. conduz o indivíduo ao Hospital da rede pública, para colheita de sangue.
- B. **procede à detenção de Ricardo.**
- C. elabora um auto de notícia por contraordenação, com o valor indicado no teste de despistagem, deduzido do erro máximo admissível.
- D. sujeita-o a análise de sangue ou exame médico para a deteção de álcool no sangue.

7. Admitindo que no local, elaborou ainda, um auto de notícia por contraordenação a Ricardo, por fazer uso indevido do telemóvel e o mesmo não efetuou o depósito do montante da coima:

- A. a guia de substituição do título de condução apreendido vai ter o prazo de seis meses.
- B. **a guia de substituição do certificado de matrícula é válida por seis meses.**
- C. as guias de substituição do título de condução e do documento de identificação do veículo, não podem ser emitidas pelo prazo de seis meses.
- D. a guia de substituição do título de condução é de seis meses e a do certificado de matrícula é de um mês.

**Para responder às questões 8 a 16 atente no texto II**

## II - LEGISLAÇÃO POLICIAL

8. No tocante ao detentor do cão estar sob efeito do álcool, o mesmo cometeu alguma infração?

- A. **sim, cometeu um crime, porque circulava na via pública, com animal perigoso, registando uma taxa de álcool no sangue, de 1,2 g/l.**
- B. não, porque apesar de registar uma taxa de álcool no sangue de 1,2 g/l, o cão não pertence às raças previamente definidas como potencialmente perigosas em portaria do membro do governo responsável pela área da agricultura.
- C. sim, cometeu uma contraordenação, porque circulava na via pública, com animal perigoso, registando uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,50 g/l.
- D. não, porque não há qualquer punição para quem circular na via pública com animal perigoso, estando sob a influência do álcool.

9. O Abel ao circular na via pública com o seu cão deve fazê-lo com:

- A. meios de contenção adequados à espécie e à raça ou cruzamento de raças, nomeadamente açaimo e trela.
- B. açaimo funcional que não permita comer nem morder e, devidamente seguro com trela, que deve estar fixa a coleira ou a peitoral.
- C. **açaimo funcional que não permita comer nem morder e, devidamente seguro com trela curta até 1 m de comprimento, que deve estar fixa a coleira ou a peitoral.**
- D. meios de contenção adequados à espécie e à raça ou cruzamento de raças, nomeadamente açaimo funcional e trela curta que deve estar fixa a coleira ou peitoral.

10. Ao ser pedido ao detentor do cão o boletim sanitário, o mesmo respondeu que o tinha extraviado há cerca de 50 dias:

- A. o Abel cometeu uma infração porque devia ter comunicado à camara municipal da área da sua residência, no prazo de trinta dias, o extravio do boletim sanitário.
- B. não há qualquer infração, dado que o Abel dispõe de 60 dias para comunicar o extravio do boletim sanitário, à junta de freguesia da área da sua residência.
- C. **o Abel cometeu uma infração porque devia ter comunicado à junta de freguesia da área da sua residência, no prazo de trinta dias, o extravio do boletim sanitário.**
- D. não há qualquer infração, o Abel apenas deverá dirigir-se à camara municipal da área da sua residência a solicitar um novo boletim sanitário.

11. Ao ser solicitada a identificação ao segurança privado, verificou-se que possuía cartão profissional, de especialidade de vigilante de proteção e acompanhamento pessoal.

Estamos na presença de algum ilícito?

- A. não, uma vez que é possuidor de cartão profissional para exercer a atividade de segurança privada.
- B. **sim, porque o exercício da atividade de segurança privada de especialidade diferente da prevista no respetivo cartão profissional, constitui ilícito criminal.**
- C. não, porque embora esteja a exercer uma atividade de segurança privada de especialidade diferente da prevista no respetivo cartão profissional, não existe qualquer sanção para este caso.
- D. sim, porque o exercício da atividade de segurança privada de especialidade diferente da prevista no respetivo cartão profissional, constitui ilícito contraordenacional.

12. O pessoal de vigilância da segurança privada está sujeito ao regime geral de uso e porte de arma, em serviço:

- A. **o porte de arma só é permitido se autorizado por escrito pela entidade patronal.**
- B. o porte de arma só é permitido se a arma for do vigilante e pertencer às armas da classe E, e tiver licença de uso e porte de arma da classe E.
- C. o porte de arma pelo pessoal de segurança privada não é permitido.
- D. o porte de arma, só é permitido ao pessoal com a especialidade de vigilante de proteção e acompanhamento pessoal.

13. Em relação à faca de abertura automática, Tiaguinho:

- A. encontrava-se na posse de uma arma da classe G, e como tal não necessitava de qualquer licença ou autorização.
- B. não cometeu qualquer ilícito uma vez que a faca se destinava a fins domésticos.
- C. **estava na posse de uma arma da classe A e como tal de porte proibido.**
- D. não se encontrava a cometer qualquer facto ilícito uma vez que a faca tinha uma lâmina inferior a 10 cm.

14. Fábio estava a cometer algum ato ilícito?

- A. **sim, estava na posse de uma arma de ar comprimido de aquisição condicionada, pertencente à classe C. Para a sua detenção é necessário possuir licença de uso e porte de arma da classe C. Quem a detiver fora das condições legais, é punido com pena de prisão.**
- B. sim, estava na posse de uma arma de ar comprimido de aquisição condicionada, arma da classe G, sem possuir declaração aquisitiva e quem a detiver fora das condições legais é punido com uma coima.
- C. não, a detenção deste tipo de armas, não está dependente de licença de uso e porte de arma nem de declaração de compra e venda e prévia autorização da PSP.
- D. não, a simples posse destas armas não constitui qualquer ilícito, no entanto apenas é permitido o seu uso em propriedades privadas e em locais autorizados.

15. No que concerne à posse da droga pelo Tiaguinho, deveria:

- A. **elaborar auto da ocorrência a enviar à comissão que se afigure territorialmente competente, de modo que seja recebido até 36 horas depois daquela ocorrência.**
- B. elaborar auto da ocorrência, a enviar à comissão territorialmente competente até 48 horas depois daquela ocorrência.
- C. elaborar auto da ocorrência a enviar à comissão que se afigure territorialmente competente, de modo que seja recebido até 72 horas depois daquela ocorrência.
- D. elaborar uma notificação para o arguido se apresentar na comissão territorialmente competente no prazo máximo de 36 horas.

- f
16. É territorialmente competente para o processamento das contraordenações e a aplicação das respetivas sanções a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência.
- A. da área em que o consumidor tiver sido encontrado.
  - B. da área em que o consumidor tiver sido encontrado, ou da área em que o produto estupefaciente foi adquirido, se esta for conhecida.
  - C. da área em que o consumidor tiver sido encontrado, ou da área do domicílio do consumidor, dependendo do interesse do consumidor.
  - D. **da área do domicílio do consumidor, exceto se este não for conhecido, circunstância em que será competente a comissão da área em que o consumidor tiver sido encontrado.**

**Para responder às questões 17 a 42 atente no texto III**

**III - DIREITO PENAL**

17. Bento ao agredir Carla, em 12/10/2017, praticou um crime de...
- A. ofensas à integridade física simples.
  - B. violência doméstica que consome a autoria em concurso efetivo de um crime de ofensas à integridade física.
  - C. coação agravada.
  - D. **violência doméstica que consome a autoria em concurso aparente de um crime de ofensas à integridade física.**
18. Ao ler as mensagens de Carla, no dia 13/10/2017, Bento...
- A. não cometeu qualquer crime.
  - B. cometeu um crime de devassa da vida privada.
  - C. cometeu um crime de devassa por meio eletrónico ou de comunicações.
  - D. **cometeu um crime de conhecimento não autorizado do conteúdo de telecomunicações.**
19. Ao dar um par de bofetadas em Carla, para que esta dissesse quem era Daniel, Bento cometeu um crime de...
- A. coação.
  - B. ofensa à integridade física simples.
  - C. **coação e um crime de ofensas à integridade física simples em concurso efetivo.**
  - D. ofensas à integridade física qualificada.
20. Carlos ao colocar uma chapa de matrícula, com os números alterados, na viatura que se encontrava na sua oficina, cometeu um crime de...
- A. falsificação de notação técnica.
  - B. **falsificação de documentos.**
  - C. subtração do original de documento.
  - D. substituição de documento/chapa de matrícula.
21. Quanto ao possível crime pela subtração da carteira a Daniel por Bento, Carlos...
- A. não detém qualquer participação criminosa.
  - B. **é coautor.**
  - C. é um cúmplice material.
  - D. é um instigador moral e/ou material.

22. Carlos ao atingir Daniel na perna esquerda com um tiro, cometeu um crime de...

- A. homicídio.
- B. **ofensas à integridade física simples agravadas pelo resultado.**
- C. homicídio na forma tentada.
- D. ofensas à integridade física qualificadas agravadas pelo resultado.

#### IV - DIREITO PROCESSUAL PENAL

Considere que era o Agente Ernesto, e apenas quanto à subtração dos chocolates diga...

23.

- A. estava perante uma situação de fora de flagrante delito.
- B. estava perante uma situação de flagrante delito propriamente dito.
- C. estava perante uma situação de flagrante de quase flagrante delito.
- D. **estava perante uma situação de presunção de flagrante delito.**

24.

- A. procedia à detenção de Bento por estar perante um crime semipúblico.
- B. **não procedia à detenção de Bento por estar perante um crime particular.**
- C. não procedia à detenção de Bento por estar perante um crime semipúblico e não ter a respetiva queixa.
- D. procedia à detenção de Bento por estar perante um crime particular e ter a respetiva queixa.

25. Para que o procedimento avançasse, o proprietário Francisco...

- A. não precisava de se constituir assistente.
- B. poderia constituir-se assistente.
- C. **obrigatoriamente teria que se constituir assistente.**
- D. estava impedido de se constituir assistente.

26. Considerando apenas os sujeitos processuais, além de assistente, Francisco poderia ainda vir a processo, na qualidade de...

- A. lesado.
- B. parte civil e lesado.
- C. parte civil ou testemunha.
- D. **parte civil.**

27. Pretendendo deduzir PIC (pedido de indemnização civil) Francisco...

- A. teria que obrigatoriamente constituir advogado para esse efeito.
- B. poderia fazê-lo por mão própria, mas em requerimento obrigatoriamente articulado.
- C. **poderia fazê-lo em requerimento não sujeito a formalidades essenciais.**
- D. poderia fazê-lo, mas obrigatoriamente por declaração em auto.

28. Terminado este inquérito, com produção de prova bastante da existência do crime e do seu autor o MP (Ministério Público)...

- A. deduziria a respetiva acusação.
- B. **notificava o advogado representante do assistente para a deduzir.**
- C. arquivava.
- D. notificava/enviava ao seu superior hierárquico para que este acusasse.

29. Se a competência para a acusação for do assistente, o MP...

- A. nunca pode acusar.
- B. **pode acusar mas sempre depois de o assistente o fazer.**
- C. pode acusar depois de o assistente o fazer mas desde que não seja pelos mesmos factos.
- D. pode acusar mesmo antes do assistente o fazer.

30. Notificado para deduzir acusação o assistente tem...

- A. **10 dias para deduzir acusação.**
- B. 30 dias para deduzir acusação.
- C. 20 dias para deduzir acusação.
- D. 20 dias úteis para deduzir acusação.

## V - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

31. A eventual pena a aplicar a Bento...

- A. teria que estar prevista em lei anterior ou posterior ao momento da prática do facto.
- B. teria que estar prevista em momento posterior ao momento da prática do facto mas anterior ao julgamento.
- C. **poderia estar prevista em lei posterior ao momento da prática do facto desde que lhe fosse mais favorável.**
- D. poderia estar prevista em lei posterior ao momento da prática do facto desde que lhe fosse mais favorável e não tivesse havido trânsito em julgado.

32. Bento, na sua qualidade de arguido, tem direito a escolher defensor e a ser por ele assistido...

- A. obrigatoriamente em todos os atos processuais.
- B. obrigatoriamente em todos os atos processuais se o juiz o determinar.
- C. facultativamente em todos os atos processuais.
- D. **facultativamente em todos os atos processuais exceto naqueles que a lei especificar como obrigatória a assistência.**

## VI - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

33. Supondo que o inquérito lhe foi distribuído e que notificou Carla para prestar depoimento pelos factos praticados por Bento no dia 12OUT2017. Informou-a das regras da inquirição nos termos do art.º 138º do CPP. Neste âmbito, incumbem à testemunha os deveres:

- A. prestar juramento, quando ouvida por autoridade policial.
- B. responder a perguntas mesmo quando alegar que das respostas resulte a sua responsabilidade penal.
- C. **obedecer às indicações que legitimamente lhe forem dadas quanto à forma de prestar depoimento.**
- D. fazer-se acompanhar de advogado, que a informa, quando entender necessário, dos direitos que lhe assistem, intervindo na inquirição.

34. Nos termos da LOIC - Lei Organização da Investigação criminal, a direção da investigação criminal cabe à Autoridade Judiciária competente em cada fase do processo, a qual é assistida pelos Órgãos de Polícia Criminal. No âmbito do caso prático que lhe apresentamos, o senhor Agente chefiava a equipa para a execução do mandado de busca à oficina de Carlos. A fiscalização da legalidade da realização desta diligência enquadra-se:

- A. **na dependência funcional da autoridade Judiciária.**
- B. na organização hierarquia e dentro desta na sua autonomia técnica.

- C. na organização hierarquia e dentro desta na sua autonomia tática.
  - D. na organização hierarquia e dentro desta na sua autonomia tática e técnica.
- 35. Carla, namorada e companheira de Bento, amedrontada com o que lhe poderia vir a acontecer, contou o plano gizado por Bento à sua prima Bernardete e sua confidente. Bernardete foi chamada a depor no processo, atendendo à sua proximidade com Carla e visto as suas declarações a poderem comprometer, Bernardete:**
- A. pode recusar-se a depor como testemunha.
  - B. está impedida de depor como testemunha por ter interesse na causa.
  - C. está impedida de depor como testemunha devido ao grau de parentesco.
  - D. **está obrigada a depor como testemunha.**
- 36. O art.º 7º nº 2 e 3 da LOIC – Lei de Organização da Investigação Criminal, estabelecem o catálogo dos crimes cuja competência de investigação é da Polícia Judiciária. Tendo em conta os factos descritos na ocorrência, e tendo sido o Agente o primeiro elemento a chegar ao local onde Daniel foi baleado:**
- A. apenas pode praticar os atos cautelares necessários à elaboração do expediente.
  - B. **apenas pode praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.**
  - C. pode praticar todos os atos cautelares para assegurar os meios de prova.
  - D. apenas pode praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, após prévia autorização da autoridade judiciária competente.
- 37. O legislador estabelece no nº 2 do art.º 5º da LOIC que, sem prejuízo dos casos de competência deferida, se a investigação em curso vier a revelar conexão com crimes que não são da competência do OPC que tiver iniciado a investigação, este:**
- A. **remete o processo para o órgão de polícia criminal competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas, com conhecimento à Autoridade Judiciária.**
  - B. remete o processo para o órgão de polícia criminal competente, no mais curto prazo, que não pode exceder quarenta e oito horas, com conhecimento ao Ministério Público.
  - C. remete o processo para o Ministério Público, com conhecimento ao órgão de polícia criminal competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas.
  - D. remete o processo para a Autoridade Judiciária, com conhecimento ao órgão de polícia criminal competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas.

## VII - TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL

Perante o cenário descrito na última parte do caso policial e tendo sempre presente o cumprimento do que estabelece a NEP N.º, OPSEG/DEPOP/01/05, (Normas sobre o limite ao uso de meios coercivos) das questões que se seguem escolha as opções mais corretas.

**38. Como deve ser usado o gás OC, que o ajudou a dominar Bento?**

- A. o dispositivo deve ser usado projetando o gás para o peito, cessando a sua projeção logo que o suspeito mostre sinais dos efeitos pretendidos.
- B. **o dispositivo deve ser usado projetando o gás para a cara, devendo cessar a sua projeção logo que o suspeito mostre sinais dos efeitos pretendidos.**
- C. o dispositivo deve ser usado projetando o gás para a cara ou para o peito, devendo cessar a sua projeção logo que o suspeito mostre sinais dos efeitos pretendidos.
- D. O dispositivo deve ser usado projetando o gás para a cara ou para o peito não devendo cessar a sua projeção enquanto o suspeito não estiver completamente dominado.

39. Tendo havido necessidade de proceder à algemagem de Bento, de acordo com o previsto na NEP atrás referida, como se classificam os procedimentos de algemagem?
- A. classificam-se de baixo risco, médio risco e alto risco.
  - B. classificam-se de algemagens com colaboração e sem colaboração.
  - C. **classificam-se de risco desconhecido e de alto risco.**
  - D. classificam-se de algemagens com apoio e sem apoio.
40. Na algemagem que fez a Bento, como devia proceder?
- A. apertar bem as algemas para que a circulação sanguínea se faça com dificuldade e Bento não possa resistir.
  - B. deixar as algemas bem folgadas de forma que Bento possa rodar os pulsos sem dificuldade.
  - C. **bloquear as algemas logo que possível.**
  - D. colocar as algemas com as mãos à frente do corpo, visto Bento ser um homem de meia-idade sem qualquer lesão ou deficiência.
41. Tendo em conta o ato praticado por Carla é admissível, contra ela, algum tipo de recurso a arma de fogo?
- A. não é admissível qualquer tipo de recurso a arma de fogo nem o seu simples empunhamento.
  - B. é admissível o recurso efetivo a arma de fogo.
  - C. é admissível apenas o recurso passivo a arma de fogo.
  - D. **é admissível o recurso efetivo contra pessoas.**
42. Considere que no início da ocorrência portava a sua Glock 19, com 14 munições no carregador. Logo após ter efetuado o disparo, e considerando que não houve qualquer avaria, diga como ficou a sua arma.
- A. a arma ficou municada.
  - B. **a arma ficou carregada.**
  - C. a arma ficou descarregada.
  - D. a arma ficou desmunicada.

## VIII - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA PSP

### Lei de Segurança Interna

43. São órgãos do sistema de segurança interna:
- A. **conselho superior de segurança interna, secretário-geral do sistema de segurança interna e o gabinete coordenador de segurança.**
  - B. os Ministros da Administração Interna, da Justiça, da Defesa Nacional, das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
  - C. os Secretários-Gerais do Sistema de Segurança Interna e do Sistema de Informações da República Portuguesa.
  - D. o Conselho Superior de Segurança Interna e o Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna.
44. São medidas de polícia:
- A. a interdição permanente de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte a local, via terrestre, fluvial, marítima ou aérea.
  - B. a permissão temporária de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte a local, via terrestre, fluvial, marítima ou aérea.
  - C. a identificação de qualquer pessoa que se encontre ou circulem em local público ou aberto ao público.
  - D. **a identificação de pessoas suspeitas que se encontrem ou circulem em local público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial.**

## Lei Orgânica da PSP

### 45. São consideradas autoridades de polícia:

- A. o diretor nacional; os diretores nacionais-adjuntos; o inspetor nacional; os comandantes das Subunidades operacionais da Unidade Especial de Polícia; os comandantes dos Estabelecimentos de Ensino; todos os oficiais da PSP, quando no exercício de funções de comando ou chefia operacional.
- B. **o diretor nacional; os diretores nacionais-adjuntos; o inspetor nacional; o comandante da Unidade Especial de Polícia; os comandantes das unidades e subunidades até ao nível de esquadra; outros oficiais da PSP, quando no exercício de funções de comando ou chefia operacional.**
- C. o diretor nacional; os diretores nacionais-adjuntos; o inspetor nacional; os comandantes das unidades e subunidades até ao nível de esquadra; todos os oficiais da PSP, quando no exercício de funções.
- D. o diretor nacional; os diretores nacionais-adjuntos; o inspetor nacional; os comandantes dos Estabelecimentos de Ensino; o comandante da Unidade Especial de Polícia; outros oficiais da PSP, quando no exercício de funções.

### Estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP)

### 46. O apoio jurídico ao pessoal policial da PSP é concedido...

- A. por iniciativa do Diretor Nacional da PSP.
- B. por iniciativa do Diretor Nacional-Adjunto da área de Recursos Humanos a requerimento do interessado.
- C. **aos polícias que o requeiram, por despacho fundamentado do Diretor Nacional.**
- D. aos polícias que o requeiram.

### 47. O regresso à efetividade de serviço à PSP, do pessoal na situação de licença sem vencimento de longa duração, quando a esta tenha duração superior a um ano, depende da verificação prévia das seguintes condições cumulativas:

- A. inspeção médica favorável e comprovação de aptidão técnica e física.
- B. inspeção médica favorável, prova de idoneidade, assim como existência de vaga no mapa de pessoal.
- C. inspeção médica favorável, comprovação de aptidão técnica e prova de idoneidade.
- D. **inspeção médica favorável, comprovação de aptidão técnica e física e prova de idoneidade, assim como existência de vaga no mapa de pessoal.**

### Regulamento de Continências e Honras da Polícia de Segurança Pública (PSP)

### 48. A PSP, como força de segurança, adota a continência e a saudação como base das relações sociais e protocolares. Assim:

- A. a continência é feita pelo pessoal policial uniformizado, com a cabeça coberta, a pé firme nunca em movimento.
- B. a saudação só é feita pelo pessoal policial em traje civil com a cabeça descoberta.
- C. a saudação é efetuada sentado ou de pé, a olhar francamente para quem se saúda, com uma posição respeitosa, cumprindo as regras socialmente aceites.
- D. **a continência ou saudação é acompanhada das palavras «senhor» ou «senhora» e da categoria ou função do nome do superior ou subordinado a quem se dirige, caso seja conhecido.**

### Regulamento de uniformes do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP)

### 49. Aos polícias é permitido o uso de distintivos de especialidade dos cursos, ministrados pela Unidade Especial de Polícia e o diretor nacional pode criar, mediante despacho, outros distintivos de especialidade e de especialização:

- A. **os distintivos dos cursos de especialidade são colocados do lado esquerdo.**
- B. os distintivos dos cursos de especialidade são colocados do lado direito.

- ↓
- C. os distintivos de cursos de especialização que existam ou venham a ser criados são colocados do lado esquerdo.
  - D. os distintivos de cursos de especialização ministrados por entidades externas à PSP podem ser usados, sendo usados do lado esquerdo.

**Quadro V – Uniforme de Serviço Operacional - USO 2**

**50. O uniforme de serviço operacional 2 (USO 2) é composto pelos seguintes artigos de vestuário:**

- A. barrete de serviço operacional, bota policial, calça operacional, cinto de precinta (para os serviços internos ou em funções externas se outro não for exigível), peúga preta, polo de manga curta.
- B. barrete de serviço operacional, bota policial, calça operacional, cinto de precinta, (para os serviços internos ou em funções externas se outro não for exigível), peúga preta, camisola de gola e blusão policial.
- C. barrete de serviço operacional, bota policial, calça operacional, cinto de precinta, (para os serviços internos ou em funções externas se outro não for exigível), peúga preta, polo de manga comprida e blusão policial.
- D. **barrete de serviço operacional, bota policial, calça operacional, cinto de precinta (para os serviços internos ou em funções externas se outro não for exigível), peúga preta, polo de manga comprida.**

**FIM**